

## REAVALIANDO OS OBJETIVOS E OS RESULTADOS DO PLANO REAL

Stefano José Caetano da Silveira\*

Omar Benedetti\*\*

Régis Rathmann\*\*\*

Octavio Augusto Camargo Conceição\*\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo compara as propostas do Plano Real com os resultados obtidos nos onze anos de sua vigência. As trajetórias seguidas e suas alternativas, os efeitos das crises e o papel do Estado são aqui retratados. Para tanto, efetuou-se, primeiramente, a revisão da bibliografia existente sobre cada um dos autores do plano, para serem avaliados, posteriormente, os pressupostos teóricos que levaram à sua criação; finalmente, com base nesse arcabouço teórico, em consonância com a análise de determinadas variáveis econômicas, concluiu-se que os aumentos de produtividade conquistados no período não se reverteram em elevação dos níveis salariais e do emprego. Ademais, o crescimento não vem se traduzindo em desenvolvimento e resultados positivos só foram obtidos a custo de recessão, os quais podem ser conferidos mais à microeconomia do que à macroeconomia.

**Palavras-chave:** Brasil. Plano Real. Planos de estabilização. Crise.

**Abstract:** This paper aims to contrast the objectives set out by the Real Plan at its implementation with the results achieved eleven years later. It reports on the trajectories of the plan and its alternatives, the impact of successive economic crises, and the role of the State. The paper starts with a review of the literature on each of the plan creators, followed by analysis of the plan theoretical framework, and finishing with a contrast of this framework against some specific economic variables to elaborate on the paper objectives. The analysis suggests that the gains in productivity achieved in the period since the plan implementation have not translated into increased wage and employment. Besides, the economic growth that followed did not lead to improved socio-

\* Graduando de Economia, UFRGS. E-mail: stefano-silveira@procergs.rs.gov.br

\*\* Graduando de Economia, UFRGS. E-mail: oib Santos@ea.ufrgs.br

\*\*\* Graduando de Economia, UFRGS. E-mail: rrathmann@ea.ufrgs.br

\*\*\*\* Doutor em Economia. Professor do Departamento de Economia, UFRGS. E-mail: octavio@fee.tche.br

Análise	Porto Alegre	v. 16	n. 2	p. 285-300	ago./dez. 2005
---------	--------------	-------	------	------------	----------------

economic development. Positive results have been increasingly obtained at the price of economic recession, and more due microeconomic rather than macroeconomic factors.

**Key words:** Brazil. Real Plan. Crisis.

**JEL Classification:** E31 – Price Level. Inflation. Deflation.

## 1 Introdução

O Plano Real foi resultante de uma sucessão de seis choques heterodoxos, que, sistemática e sucessivamente, foram aplicados na economia brasileira, desde o ano de 1986, quando fora então implementado o Plano Cruzado. A referida trajetória heterodoxa conformou-se a partir da constatação prática e teórica da total impraticabilidade de terapias convencionais e ortodoxas de combater, de maneira minimamente eficaz, a persistente e crescente inflação, que caracterizou os anos 1980. Fazia-se necessário um novo e criativo diagnóstico desenvolvido pelas teses inercialistas.

O Plano Real, entretanto, mesmo inserido nessa esteira inercialista, trouxe novos aportes e novidades, que culminaram, por transformá-lo na mais exitosa das referidas e frustradas tentativas anteriores. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Plano Real foi um plano econômico concebido em três etapas e implementado durante o governo Itamar Franco (1992-1994), que buscou controlar a inflação que persistia em níveis elevados, tendo alcançado 29,70% ao mês, segundo o IGP-M de maio de 1993.

A primeira fase do plano, iniciada em 1993, através do lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI), cujo principal pilar foi o Fundo Social de Emergência, visava o equilíbrio orçamentário; isso demonstrava a visão sobre a necessidade do ajuste das contas públicas, diagnosticado como causa fundamental da inflação no Brasil. A segunda etapa, lançada em 1º de março de 1994, introduziu a Unidade Real de Valor (URV) como indexador geral da economia. A terceira etapa começou em 1º de julho do mesmo ano, com a extinção da URV e com a entrada em vigor do real como unidade de conta e de medida de valor.

Na prática, há consenso de que o Plano Real efetivamente conseguiu dominar a inflação, eliminando a memória inflacionária que persistia (denominada na literatura como “inércia

inflacionária"). Adiante, será efetuada uma revisão desse fato, pois o objetivo principal deste artigo é o de estabelecer relações acerca das questões que permearam a criação do Plano Real com a realidade atual, procurando, por meio da análise de algumas variáveis econômicas, verificar se as perspectivas de seus criadores se concretizaram.

Ademais, procurar-se-á comprovar a hipótese de que as políticas econômicas adotadas para a manutenção do Plano não foram promotoras de crescimento, nem tampouco de desenvolvimento sustentado. Para tanto, será efetuada, primeiramente, uma revisão das contribuições dos criadores do Real, procurando identificar a estrutura teórica que permitiu sua criação. Posteriormente, será executada uma revisão do que foi posto em prática, dos seus antecedentes e como se desenvolveram as políticas implementadoras do Plano. Por meio de algumas variáveis econômicas, procurar-se-á avaliar a consistência das propostas, em consonância com os pressupostos analíticos do Plano Real, de forma a estabelecer comparações com o que foi planejado e com o que foi efetivamente implementado.

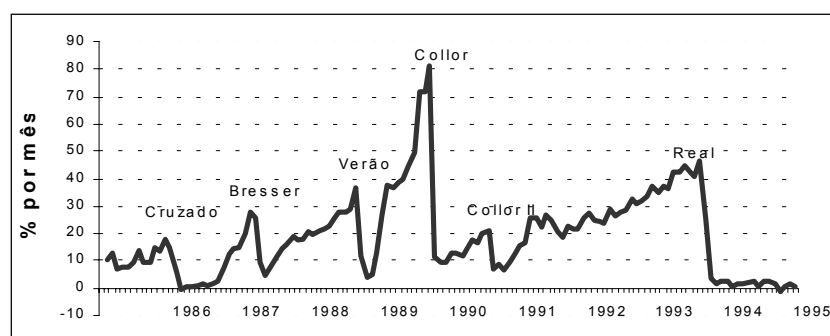
Desde a última década, a economia brasileira apresenta um crescimento econômico muito inferior às suas potencialidades. Surgiu a necessidade de se avaliar as causas e as conseqüências desses resultados, para responder às seguintes questões: (a) em que medida o Plano Real obteve êxito? (b) quais foram seus principais aspectos negativos? (c) quais os setores que vêm "puxando" o crescimento econômico atual, ainda que insuficiente para atender às necessidades da população, principalmente no que concerne à geração de postos de trabalho? (d) a política econômica do governo foi capaz de promover o desenvolvimento? Obteve-se melhorias sociais? (e) Quais foram as principais mudanças na estrutura econômica desde a abertura de 1990? (f) qual foi o papel do controle de capitais na redução da vulnerabilidade externa e na promoção do desenvolvimento sustentado?

## **2 Um breve histórico e as realizações iniciais do Plano Real**

O ministro das relações exteriores do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, assumiu a pasta do Ministé-

rio da Fazenda em maio de 1993, sob um cenário de uma inflação de 29,70% ao mês, medida pelo IGP-M. O quadro que se apresentava era de total incredulidade, face às experiências anteriores que acabaram por não debelar o processo inflacionário.

Pode-se constatar pelo Gráfico 1 que desde o Plano Cruzado, todas as tentativas de eliminar a memória inflacionária não funcionaram de forma sustentada, podendo ser verificado que, após um período inicial de choque, ela retornava a níveis superiores dos anteriormente existentes.



FONTE: IPEADATA.

**Gráfico 1** – Inflação mensal entre 1986-1995 e os respectivos planos econômicos

Entretanto, a experiência de alguns dos formuladores dos planos econômicos anteriores não foi descartada, o que se verifica na equipe dos criadores do Plano Real. A mesma contou com a contribuição dos economistas Pedro Malan, Gustavo Franco, André Lara Resende, Edmar Lisboa Bacha e Pêrsio Arida. Os três últimos economistas citados foram também formuladores do Plano Cruzado, em 1986, no governo José Sarney (1985-1990); esse plano, entre outras coisas, instituiu o congelamento de preços, tablitas de conversão de cruzeiro para cruzado e gatilho salarial (sempre que a inflação ultrapassasse 20% ao mês); essas medidas foram fundamentais tanto para a análise teórica, como para a aplicação prática do Plano Real (Bacha, 1995; Arida, 1984; Resende, 1995).

Pode-se extrair da análise do Gráfico 1, que o Plano Real atingiu o seu principal objetivo, que foi o de controlar a inflação. Por conseguinte, a economia brasileira retomou a possibilidade de se estabilizar e de obter um crescimento econômico sustentado (ou seja, sem inflação ou deflação). Entretanto, é necessário efetuar-se uma análise mais detalhada dos mecanismos utilizados para a obtenção desse feito, pois, em alguma medida, esses aspectos são determinantes para o cenário econômico atual.

### **2.1 Medidas e realizações iniciais**

A primeira etapa de implementação do Plano Real aconteceu ao final de 1993, quando o governo Itamar Franco conseguiu, junto ao Congresso Nacional, a aprovação do Fundo Social de Emergência. Esse fundo deveria vigorar nos dois anos seguintes, envolvendo uma série de medidas fiscais de contenção dos gastos públicos, com aumento das receitas tributárias. Nesse mesmo ano, a equipe econômica do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso criou um novo título atrelado à dívida externa brasileira, os C-Bonds; esses títulos foram lançados simultaneamente com a nova moeda, tendo como objetivo substituir os demais títulos públicos brasileiros em circulação no mercado financeiro.

Quando de seu lançamento, os C-Bonds foram comercializados a 40% do seu valor de face, sendo que a taxa de juros atrelada a eles foi de 8% ao ano. No momento em que a sua cotação no mercado atingisse ou superasse 100% do valor de face (o que aconteceu em março de 2004), o governo brasileiro poderia resgatá-los e retirá-los de circulação.

Quatro meses antes da implantação do real como moeda, exercendo as funções de medida de valor, meio de pagamento e reserva de valor, a economia indexada existente até então em nosso país viu surgir um indexador único para o sistema econômico brasileiro: a Unidade Real de Valor (URV). A URV era constituída pela média de três índices de preços representativos da economia: IPC/FIPE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV. A partir do dia 01 de março de 1994, todos os novos contratos firmados no país deveriam utilizar como referência a URV, enquanto que os contratos antigos poderiam optar pela conversão a esse novo indexador.

Enquanto a moeda vigente, o cruzeiro real, continuava a sofrer sucessivas desvalorizações em função do processo inflacionário, a URV preservava o seu valor original. No momento da entrada em circulação do real como moeda, bastou que os contratos redigidos em URV substituíssem de forma direta (de um para um) a antiga unidade monetária pela nova.

Essa nova medida de valor veio acompanhada por regras de emissão monetária que definiram a paridade máxima entre o real e o dólar<sup>1</sup>, condição necessária para assegurar a estabilidade da moeda.

Quando o real passou a valer como padrão monetário brasileiro, o Banco Central determinou uma sobrevalorização no câmbio, em que 83 centavos de real poderiam comprar 1 dólar norte-americano. Além disso, temendo uma explosão da demanda agregada e buscando a captação de recursos estrangeiros, o BACEN elevou a taxa de juros básica da economia (atualmente a taxa Selic), a qual, em março de 1995, chegou a 65% ao ano (Ferrari F<sup>o</sup>, 2001).

Naquele momento, a equipe econômica alegava ser necessária tal medida, pelos sucessivos déficits da balança comercial. Com isso, aumentaria o ingresso de recursos externos, atraídos pela alta rentabilidade e pela estabilidade econômica; sendo que esses recursos tornaram-se vitais para que o governo honrasse seus compromissos com o exterior. Além disso, em um cenário de abertura econômica, que começou a se desenhar no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), os produtos importados que aqui chegavam passaram a ser estratégicos na contenção dos preços domésticos.

A reforma monetária implicou na adoção da âncora monetária e da âncora cambial. A primeira âncora foi obtida através da fixação de metas de crescimento da base monetária para os dois últimos trimestres de 1994 e o primeiro trimestre de 1995; essas metas poderiam sofrer, em caráter excepcional, flexibilização de até 20% sobre os valores fixados, face às pressões de demanda por moeda. Para controlar a expansão monetária, as autoridades governamentais foram obrigadas

---

<sup>1</sup> O Banco Central estabeleceu a taxa de câmbio, real/dólar, em torno de R\$ 1,00.

a limitar a oferta de moeda, principalmente através da elevação das reservas compulsórias dos bancos comerciais junto ao BACEN. A segunda âncora foi a manutenção taxa cambial em torno da paridade de um para um entre o real e o dólar, permitindo-se também uma flutuação para cima e para baixo de 20%. Estas foram as chamadas bandas cambiais.

O resultado imediato foi a elevação da taxa real de juros. Como consequência do crescimento da taxa real de juros interna, que se diferenciou assim da taxa de juros internacional, houve forte entrada de capital estrangeiro na economia brasileira, provocando, como contrapartida, a apreciação da taxa de câmbio. As autoridades monetárias optaram pelo sistema de banda cambial assimétrica, com o Banco Central intervindo no mercado, caso o Real se desvalorizasse em relação ao dólar além do limite de 20%, porém deixando o mercado atuar livremente, se houvesse apreciação da taxa de câmbio.

### 3 Aspectos negativos do plano

A despeito do controle inflacionário, o Plano Real provocou ou acelerou algumas distorções. As principais foram o crescente aumento estoque da dívida pública – a razão dívida líquida total do setor público em relação ao PIB cresceu 73,6%, entre 1994 e 2000 – e as dificuldades do sistema financeiro em operar em um cenário sem imposto inflacionário – o que obrigou o governo a lançar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), a partir de regras estabelecidas pelo Banco Central. Aliadas a estas distorções recrudesceram questões como desemprego, desnacionalização progressiva da economia brasileira (sobretudo da indústria) e aumento da vulnerabilidade da economia nacional frente às crises externas (Ferrari F<sup>o</sup>, 2001).

Em relação à questão do desemprego, pode-se concluir que a necessidade de inserção da indústria brasileira no mercado mundial obrigou a realização de um ajuste estrutural, para melhorar a competição do produto nacional em relação aos preços e à qualidade, tanto no mercado externo, quanto no mercado interno. Deve-se salientar que, devido à taxa

cambial sobrevalorizada, um grande número de bens, serviços e mercadorias de procedência estrangeira ingressaram no país após 1990 e, notadamente, após a implantação do Plano Real.

A racionalização dos processos produtivos e administrativos, com o conseqüente aumento da produtividade, aumentou o grau do desemprego estrutural no Brasil (Rezende, 1999), pois o conjunto desses fatores reflete uma mudança na estrutura da economia brasileira. Para que seja possível compreender a fase na qual o país se encontra, é necessário fazer uma retrospectiva desde o início da década de 1980 até o ano de 1994.

### **3.1 A estratégia industrial dos anos 1980 e a inserção nos padrões de competitividade internacional dos anos 1990**

Os anos 1980 ficaram marcados como o período em que as empresas adotaram estratégias defensivas em função da instabilidade das políticas econômicas e da inflação. Em função disso, Castro (2001) afirma que as empresas “hibernaram” do ponto de vista produtivo, pois a maior parte dos gastos internos das indústrias advinha do gerenciamento do processo inflacionário (Castro, 2001).

Além disso, as atividades de P&D eram muito “tímidas”, o que deu origem a uma situação que se identificou como paradigmática: se por um lado a atividade produtiva possuía elevados graus de integração intersetorial e de diversificação da produção, por outro, havia insuficiente desenvolvimento tecnológico, ineficiências técnicas e econômicas que limitavam sua competitividade, além da ausência de especialização e pouca integração com o mercado internacional (Suzigan, 1991).

A equipe que elaborou o plano econômico do governo Collor de Mello era sabedora desse “gargalo tecnológico”, o qual somente poderia ser suplantado com uma mudança radical da política industrial; nesse sentido, era consenso que o padrão anteriormente vigente (substituição de importações) havia se esgotado. Ademais, a situação tenderia a agravar-se, pois a década de 1980 marcou uma profunda reestruturação de métodos de organização e gerenciamento na dinâmica das firmas, especialmente daquelas situadas em



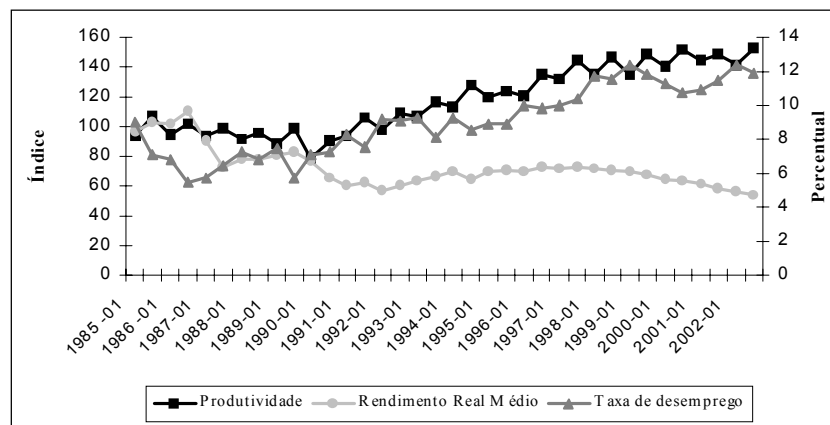
países desenvolvidos. Isso remeteu ao aumento da participação das exportações de manufaturas daqueles países de 1% no início de década de 1980, para 12,5% no final desse decênio (Castro, 2001).

Assim, tornou-se inevitável e inadiável a necessidade da nossa economia se reestruturar, sob pena de não conseguir competir com vantagens no mercado internacional. Essa mudança começou a ocorrer com a implementação do Plano Collor I (1990), que promoveu um profundo processo de abertura econômica, que pode ser constatado pela redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não tarifárias. O objetivo era impor ao empresariado a filosofia de buscar em estratégias endógenas a proteção ao seu negócio, ou seja, as indústrias deveriam criar vantagens competitivas de mercado. Isto deixava claro que o período de proteção governamental à indústria nacional, através de subsídios e condições favoráveis de câmbio, havia acabado.

Porém, esse processo de abertura deu-se sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, ou seja, abriu-se a economia sem que a mesma estivesse preparada para competir. Ademais, a inflação persistia como um entrave às mudanças necessárias, pois a maioria das empresas transnacionais aqui instaladas, com medo do endividamento, adotaram a estratégia denominada como “travada defensiva” (Castro, 2001).

Entretanto, é inegável que, mesmo com esses problemas, a estrutura começou a se alterar, especialmente nas indústrias nacionais, mediante processos de reestruturação, que englobaram redimensionamento de quadros, enxugamento do catálogo de vendas e a adoção de novas práticas gerenciais tipicamente associadas à gerência da qualidade total (Castro, 2001).

O Plano Real, ao atingir seu objetivo de eliminar a inflação – como já foi exposto graficamente, acabou por favorecer a intensificação do processo de reestruturação industrial. Minimizada a incerteza do processo inflacionário, as empresas passaram a adotar estratégias ofensivas de inovação em processos e produtos, o que acabou, de fato, por elevar sensivelmente os níveis de produtividade, como se pode ver no Gráfico 2.



FONTE: Ipeadata.

**Gráfico 2** – Produtividade industrial, rendimento real médio e desemprego, 1985/2002

Os dados usados referem-se à Região Metropolitana de São Paulo, dada sua importância do ponto de vista da participação no PIB nacional. Eles englobam produtividade, rendimento real e desemprego. Observa-se que, a partir dos anos 1990, cresceu tanto a produtividade, como o desemprego, com queda do rendimento real médio.

### 3.2A desnacionalização da economia brasileira

Outro fato causado pela abertura econômica, agravado após a implantação do Plano Real, foi a crescente desnacionalização da economia brasileira, principalmente no ramo industrial. Entre 1979 e 1999, a participação do capital estrangeiro passou de 21% para 86% no setor de fabricação de material elétrico, de 16% para 29% no setor de alimentos e bebidas, de 43% para 81% no setor de alimentos congelados e de 40% para 62% na indústria de máquinas e equipamentos (Rezende, 1999).

Cabe frisar que, após a conclusão do Programa Nacional de Desestatização, a participação do capital externo nas empresas nacionais, estatais e particulares, cresceu ainda mais, inclusive no sistema financeiro; alguns bancos, como o

Santander e o HSBC, assumiram a condição de acionistas controladores de bancos nacionais como o Banco Meridional (público) e o Banco Bamerindus (privado).

O principal problema que a desnacionalização pode acarretar é a dificuldade do Estado gerenciar preços, ritmos produtivos e substituição de tecnologia, em função da pressão do capital transnacional. Neste quadro, o Estado fica de mãos atadas em relação às flutuações econômicas mundiais, ou seja, torna-se mais sensível à choques externos.

A Tabela 1 mostra a participação por investidor no processo de privatizações ocorrido no Brasil, entre 1995 e 2002.

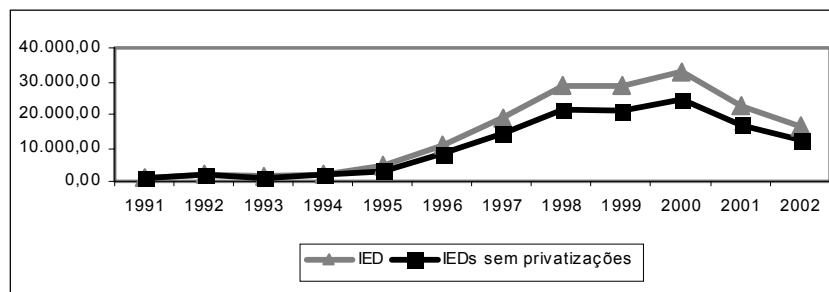
**Tabela 1** – Resultado das Privatizações por Investidor 1995-2002

Tipo de Investidor	Receita de Venda (US\$ milhões)	%
Investidor Estrangeiro	41.737	53
Empresas Nacionais	20.777	26
Setor Financeiro Nacional	5.158	7
Pessoas Físicas	6.316	8
Entidades de Previdência Privada	4.626	6
Total	78.614	100

FONTE: BNDES (2002).

Percebe-se que, entre 1995 e 2002, a participação do capital externo no processo de aquisição de empresas nacionais foi de 53%, colocando em marcha um processo de desnacionalização da indústria.

Esse processo de desnacionalização, através das privatizações, causou impactos significativos na entrada de capitais externos (IEDs), como se pode ver no Gráfico 3. Percebe-se que, entre 1995 e 2000, mesmo separando os investimentos externos diretos daqueles capitais que entraram sob forma de aquisição de empresas, houve um aumento significativo do investimento estrangeiro no país, em função da estabilização da economia. Esse efeito já havia sido previsto por Franco (1998); segundo ele, com a estabilização macroeconômica, aumenta, necessariamente, o ingresso de capitais externos (Franco, 1998).



FONTE: Adaptado de BNDES (2005).

**Gráfico 3** – Evolução dos Investimentos estrangeiros diretos no Brasil, 1991/2002<sup>2</sup>

### 3.3 A vulnerabilidade externa

Outro aspecto negativo da abertura econômica, vivenciada fortemente desde a implantação do Plano Real, foi à vulnerabilidade da economia brasileira em relação às crises externas; em um cenário de economia globalizada, o mercado internacional tende a se uniformizar e a interagir intensamente, onde os problemas havidos com os fluxos de capitais e com a circulação de bens e serviços em determinados países atingem o mercado globalizado como um todo. No caso brasileiro, o ingresso de recursos estrangeiros torna-se cada vez mais necessário para fechar as contas externas, pois as crises ocorridas no México, em 1994, na Ásia, em 1997 e na Rússia, em 1998, contribuíram para a saída de capital estrangeiro do mercado nacional; em momentos como esses, ocorrem fugas de capitais e diminui o ingresso de investimentos estrangeiros nos países emergentes, pelo medo de calote.

O Plano Real conseguiu resistir às duas primeiras crises, pois no final de 1994, com a saída de capital estrangeiro do país, provocado pelo “Efeito Tequila”, as autoridades monetárias, para não abandonar o câmbio como pilar da estabilização monetária – em um contexto de paridade semifixa en-

<sup>2</sup> Investimentos estrangeiros diretos sem privatizações calculado com base no total das receitas anual dividida igualmente no número de anos que compõe o período.

tre o real e o dólar, adotaram o sistema de bandas cambiais deslizantes (conforme mencionado na página 67, onde existiria uma cotação máxima e mínima entre as moedas brasileira e norte-americana), além de elevarem consideravelmente o imposto de importação sobre vários produtos e a taxa de juros básica da economia. O objetivo era atrair para o mercado interno o capital internacional de curto prazo.

No caso da depressão asiática de 1997, as medidas citadas anteriormente não foram suficientes para evitar um ataque especulativo ao real. Como consequência, reduziu-se o ingresso de capitais de curto prazo e o montante de reservas cambiais (entre junho e dezembro de 1997, elas declinaram cerca de 10%). O governo, então, optou pela elevação abrupta da taxa de juros, que aumentaram de 24,5% para 46,5% ao ano, entre outubro e novembro de 1997, além da implantação de um pacote de contenção fiscal (Ferrari F<sup>o</sup>, 2001).

Em relação a estas duas crises, as medidas adotadas foram suficientes para restabelecer a confiança dos agentes na política econômica do governo. Todavia, por ocasião do desencadeamento da crise russa, de 1998, as medidas tomadas no decorrer das depressões de 1994 e 1997 (mesmo com a elevação abrupta da taxa básica de juros, de 28,0% para 42,0% ao ano), não surtiram o efeito esperado; como resultado, o Brasil precisou recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), recebendo um aporte de cerca de US\$ 40 bilhões. Contudo, isso não impediu a desvalorização cambial de janeiro de 1999, o que segundo diversos autores, significou o fim do Plano Real.

Mesmo sem a ocorrência das turbulências externas, o Brasil sofreu perdas de divisas até bem pouco tempo atrás. Em alguns casos, o país continua sofrendo perda de divisas, em pelo menos quatro setores: dívida externa das empresas nacionais (aumento de mais de 100% entre 1995 e 1998); turismo no exterior (elevação de US\$ 2,2 bilhões antes do Real, para US\$ 3,5 bilhões até meados de 1998); remessa de lucros ao estrangeiro (aumento de quase 100% entre 1996 e 1998) e títulos cambiais (aumento do percentual da dívida atrelado ao câmbio ultrapassou 20% da dívida pública total em 1998). Entretanto, aproveitando a valorização cambial dos últimos 24 meses, o governo promoveu o resgate de diversos títulos

cotados em dólar, perfazendo hoje um percentual de pouco mais de 12% do total da dívida vinculada a esta moeda) (Rezende, 1998).

#### 4 Considerações finais

Nas palavras do economista Gustavo Franco, um dos autores do Plano Real, "... um projeto conseqüente (portanto, livre de charlatanismo populista) de crescimento com redução de pobreza e da concentração de renda, haveria de ter como elemento central a aceleração da taxa de crescimento da produtividade, o que necessariamente, haveria de ter lugar com a superação da substituição de importações e o aprofundamento do processo de abertura" (Franco, 1998). A lógica, para o autor, é a de que o aumento de produtividade reduziria custos, o que permitiria o aumento da lucratividade das empresas. Assim, elas transfeririam esse aumento dos lucros pela redução dos preços (o que beneficiaria os consumidores) e pelo aumento dos salários reais dos trabalhadores (Franco, 1998).

A partir do início dos anos de 1990, o Brasil promoveu a transição de um modelo de economia fechada, para um modelo baseado na abertura econômica. Isso induziu as firmas a se especializarem, com aumento dos níveis de produtividade, dado que as mesmas não gozavam mais de benefícios do governo, ou seja, elas mesmas tornaram-se responsáveis pela criação das próprias vantagens competitivas. Esse mecanismo não ocorreu com a "automaticidade" exposta pelo autor citado; pelo contrário, piorou os níveis da renda real e do emprego do conjunto da economia.

A distribuição de renda da economia brasileira tornou-se cada vez mais concentrada. Entretanto, é inegável que, desde a última década, as firmas no Brasil ganharam e continuam ganhando posições estratégicas competitivas, sendo provavelmente as responsáveis pelo crescimento de 4,94% do PIB no ano de 2004 (IBGE, 2005). Além disso, deve-se ressaltar, como uma das principais distorções do Plano Real, a questão dos títulos cambiais e a perda de divisas causada pelo aumento percentual da dívida atrelada ao câmbio, que ultrapassou 20% da dívida pública total em 1998.

A despeito de todo o esforço empregado pela administração anterior e continuado pelo atual governo, inclusive com o amplo processo de privatizações de empresas estatais promovido no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) e com a adoção da política fiscal de superávits primários desde 2000 (3,5% na era FHC e 4,25% na administração Lula), o déficit público nominal (que inclui o pagamento de juros da dívida pública) continua crescendo. Estudos promovidos pelo ex-ministro do Planejamento do governo Figueiredo (1979-1985) e atual deputado federal Delfim Neto propõem a adoção de um programa econômico com o objetivo de zerar o déficit nominal, baseado no corte orçamentário de diversas pastas ministeriais (Tavares, 2005).

Em relação às distorções enfrentadas desde a implementação do Real, pode-se concluir que a mudança de estrutura para um novo modelo que privilegia a racionalidade e a eficiência, com o objetivo de incluir o país em um mercado globalizado, comporta altos riscos, que, em uma visão otimista, podem tornar o país uma economia de mercado e, na pior das hipóteses, podem impor a esta nação uma tendência negativa, que dificilmente será superada no decorrer do tempo. Esta é caracterizada tanto pela não transferência de tecnologia de ponta dos países centrais, quanto pela ausência de investimentos internos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), os quais induzem, muitas vezes, à importação de tecnologia obsoleta.

Por fim, pode-se afirmar que o crescimento econômico do último ano foi puxado pelos aspectos microeconômicos, o que é refletido pelos seguidos recordes de exportações verificados ao longo dos anos de 2004 e 2005, obtidos muitas vezes em condições de câmbio valorizado. Ao contrário, a política macroeconômica vem segurando a economia, através de controles monetário e fiscal rígidos.

O crescimento sustentado da economia brasileira depende de um aprofundamento de criação de vantagens competitivas pelas firmas, de um controle de capitais especulativos que não permitam que situações como as vividas no ano de 1999 ocorram e, principalmente, de um cenário de taxas de juros menores, que permitam a viabilização do retorno dos investimentos.

Atualmente, pode-se avaliar que as medidas adotadas pelo Plano Real continuam por manter a inflação sobre controle, porém mediante uma combinação de câmbio sobrevalorizado/flexível, taxas de juros elevadas, balança comercial superavitária e superávit primário. Este último, por sua vez, além de não ser suficiente para evitar o déficit nominal, implica ainda, em um menor montante disponível para os investimentos necessários para a continuidade do desenvolvimento do país.

## 5 Referências

- ARIDA, Pérsio. Neutralizar a inflação, uma idéia promissora. *Economia e Perspectiva*-Revista do Conselho Regional de Economia de São Paulo, São Paulo, v. 1, p. 3-21, jul. 1984.
- BACHA, E. L. Plano Real: uma avaliação preliminar. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-26, jun. 1995.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Privatizações no Brasil: 1990-1994, 1995-2002*. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/Priv\\_Gov.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/Priv_Gov.pdf)>. Acesso 05 jul. 2005.
- CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 3-26, jul./set. 2001.
- FERRARI F<sup>o</sup>, Fernando. O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 1, n. 35, p. 5-21, mar. 2001.
- FRANCO, Gustavo H. B. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 121-147, jul./set. 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema de Contas Nacionais Anual*. Brasília, 2005.
- RESENDE, André L. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 130-134, abr./jun. 1985.
- REZENDE, C. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 189-199. (Manuais Contexto).
- SUZIGAN, Wilson. *A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial*. Campinas: IE-Unicamp, 1992. p. 89-109. (Economia e Sociedade, n. 1).
- TAVARES, A. P. Déficit zero não fará o juro cair num passe de magia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 jul. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u97932.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 1998.